



Nesta 5^afeira: Assembleia Geral

23/10, às 12h30, no Sintusp
PAUTA: Reforma Administrativa

FILIADO À CSP-CONLUTAS

VAMOS À LUTA!

A Reforma Administrativa em tramitação no Congresso vai significar um enorme ataque aos serviços públicos e aos servidores. As falsas promessas de eliminar os privilégios é, na verdade, um artifício para retirar direitos da população, aumentando a privatização dos serviços públicos e restringindo os investimentos em saúde e educação.

Além disso, a Reforma manterá intactos os privilégios de juízes e militares, os donos dos verdadeiros supersalários.

Ataques à estabilidade, aos direitos por tempo de trabalho como quinquênios e sexta-partes, avaliações à base de coação e trabalho por metas são alguns dos ataques que estão inseridos nessa reforma reacionária.

Por isso, é preciso lutar junto à população contra esse enorme ataque! Dia 29/10 haverá uma Marcha em Brasília contra a Reforma. As centrais sindicais precisam organizar um plano de luta para derrotar a Reforma Administrativa e revogar as reformas trabalhista, da previdência e o Arcabouço Fiscal.

Compensação de horas: Reitoria da USP institui na prática jornadas de 9 a 10 horas diárias!

A atual gestão da USP, com o reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior e a vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda, vai ser conhecida, entre outras coisas, por retroceder em 100 os direitos dos trabalhadores e instituir na prática jornadas diárias de 9 a 10 horas. A circular GR/CIRC/319, prevê compensações de até 100 horas!

Esse é o legado desta gestão que não aprovou o Adicional de Incentivo à Qualificação, não cumpriu a promessa do BUSP e promoveu um retrocesso histórico na jornada de trabalho da categoria.

Em contrapartida, na Unicamp os calendários administrativos de 2025 e 2026 demonstram que pontes e recessos não são cobrados, respeitando o direito dos servidores à jornada justa e sem sobrecarga. A USP, mais uma vez, segue na contramão dos debates.

Exigimos da reitoria a não cobrança das horas das pontes e recesso, o respeito aos direitos elementares dos trabalhadores e a atenção à saúde mental e ao direito ao descanso e ao lazer, algo tão caro aos trabalhadores.

Precisamos lutar na USP pela redução de jornada sem redução do salário, contra a escala 6x1 que atinge as trabalhadoras terceirizadas da universidade.

Seminário sobre Teletrabalho e Trabalho Híbrido: Resoluções

Na última terça-feira, 21/10, realizamos um excelente debate para fundamentar a luta em torno de melhores condições de trabalho e a implementação do trabalho híbrido na universidade. A primeira mesa contou com excelentes debatedores, o pesquisador Gustavo Machado, o professor Murillo Van Der Laan e o sindicalista Fabiano dos Santos e tratou dos aspectos estruturais e os impactos da tecnologia no mundo do trabalho. A segunda mesa contou com a participação de diferentes categorias que implementaram o tele trabalho e tratou da luta de cada uma delas e os desafios em torno da questão. Estiveram na mesa Antonio Alves Neto, funcionário da Unicamp, Wilson Ribeiro, bancário aposentado, Herbert Claros da Silva, trabalhador da Embraer, Leando Lanfredi, petroleiro do Rio de Janeiro, Maristela Piedade, funcionária da UFRGS e José Carlos da Silva funcionário da UFABC.

Defender a demanda do Teletrabalho/trabalho híbrido seguindo os parâmetros iniciais a seguir:

1. Fazer um levantamento de outras categorias em relação ao Teletrabalho para formular um plano de implementação;
2. Defender a instituição do trabalho híbrido através do ACT, onde o trabalho seja computado por jornada e não seja por metas, a todos que queiram, sem que caiba a chefia o poder discricionário;
3. Que haja alguma forma de compensação a aqueles cuja natureza do trabalho o impede de aderir ao trabalho híbrido;
4. Exigir da reitoria a garantia de nenhum posto de trabalho fechado ou terceirizado sendo ele elegível ou não ao teletrabalho/trabalho híbrido;
5. Exigir da reitoria adicional para que ela arque com os gastos com eletricidade e rede de internet a aqueles que aderirem ao trabalho híbrido;
6. Exigir da reitoria mobiliário e equipamentos adequados para a realização do teletrabalho (home office);
7. Apresentar uma proposta de projeto piloto pactuado entre o conjunto dos trabalhadores para ser apresentado à reitoria;
8. Formar um Grupo de Trabalho para formular uma proposta de projeto piloto.

Como propostas gerais o seminário também aprovou:

- 1) Fortalecer a luta contra a reforma administrativa;
- 2) Realizar um Seminário nacional intercategorias sobre teletrabalho;
- 3) Seguir a discussão sobre o modelo de universidade que os trabalhadores querem contra o modelo defendido pela burocracia universitária de uma universidade mercantilizada, dos parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira da USP, seguindo os moldes da universidade de Bolonha;
- 4) Considerar o impacto do trabalho híbrido na redução das emissões de gases de efeito estufa e consequentemente, como medida mitigadora dos efeitos da crise climática;
- 5) Consultar o departamento jurídico do Sintusp sobre as consequências da previsão nos editais de 2023 em diante do trabalho híbrido.

